REDE URBANA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL*

Constantino Cronemberger Mendes**

1 INTRODUÇÃO

Os avanços teóricos e metodológicos associados aos problemas ou às questões urbanas e regionais têm contribuído para a construção de uma análise conjunta do papel das cidades e do território, como instrumentos de planejamento para o desenvolvimento regional. Essa convergência pode ser percebida no confronto de três documentos referenciais, que serão lidos neste artigo de forma integrada ou, pelo menos, articulada. Isso é importante não só do ponto de vista de diagnósticos mais precisos da realidade urbana e regional do país, mas, também, como bases para orientações de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento regional brasileiro; sem falar na possibilidade de servir de referência para incentivos ao setor privado na mesma direção.

Os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Universidade Estadual de Campinas (IPEA/IBGE/UNICAMP, 2001), do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (CGEE/MP, 2008) e do IBGE (2009) compõem, hoje, uma base referencial importante para a análise conjunta da questão urbana e regional no país. Lidos em conjunto, eles compreendem caracterizações específicas[1] que permitem uma visão complementar e integrada da rede urbana e do território como fontes de orientação para políticas públicas com foco na questão regional, em particular, na busca pela redução das desigualdades socioeconômicas. Não obstante as especificidades de pressupostos conceituais e metodológicos dos estudos, entende-se que eles trazem resultados se não semelhantes, pelo menos complementares, que dão suporte para um tratamento mais refinado e detalhado das questões urbana e regional, possibilitando um diálogo e uma convergência de ações da União com as esferas estaduais e municipais.

Como fator comum, eles partem da caracterização da rede urbana nacional e regional, mesmo se utilizando de pressupostos, métodos de análise e objetivos diferenciados. O papel

---

* Os argumentos tratados neste artigo não expressam, necessariamente, as opiniões da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais do Ipea. A responsabilidade nas colocações emitidas é exclusiva do autor.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais – Dirur/Ipea.

1. De maneira diferenciada e inédita, porém, o segundo estudo, para além da caracterização da rede urbana respaldada nos outros dois estudos, busca um olhar sobre o futuro da organização territorial do país, em 2027.

da cidade é central para o entendimento da hierarquia da rede urbana e da conformação da região ou território de influência (seu entorno). De fato, algumas regionalizações propostas por instituições públicas não trazem essa referência urbana, baseada em princípios de polaridade, como no caso dos territórios da cidadania – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – ou das mesorregiões de referência para políticas regionais – Ministério da Integração (MI) –,[2] em que a cidade não é tomada como base para ação, mas sim por meio de critérios de homogeneidade, como nos casos, respectivamente, das "áreas ou territórios rurais" (definidos por sua identidade social econômica e cultural) e das "(meso)regiões diferenciadas" (definidas como espaços subnacionais contínuos com identidade comum, no Decreto nº 6.047, de 2007).

A leitura presente neste artigo argumenta que ao lado de uma caracterização da rede urbana, trazida de forma competente pelos estudos do Ipea/IBGE/UNICAMP (2001) e do IBGE (2009), é necessário incluir uma dimensão territorial definida no estudo da dimensão territorial para o planejamento. E que eles não só se tornem mecanismos importantes de orientação para a política pública, mas elementos para uma análise necessária de uma visão e uma construção de país no futuro.

Este artigo está dividido em seis seções, incluindo esta introdução. A segunda trata de alguns elementos teóricos e conceituais dos estudos; a terceira traça semelhanças e diferenças nos estudos citados; as limitações metodológicas dos estudos e a necessidade de inserir novas dimensões de análise são tratadas na quinta seção, e em seguida, na última, são tecidas algumas conclusões e sugestões.

2 ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS E ESTRATÉGICOS DOS ESTUDOS

Dois conceitos são caros à análise regional: homogeneidade e polaridade. O primeiro está baseado no princípio de identidade, que faz com que determinados territórios ou regiões sejam definidos por terem características homogêneas. O segundo expressa o princípio de heterogeneidade, polarização ou interação, que faz com que determinados núcleos (urbanos) sejam considerados polos diferenciados de população e de prestação de bens e serviços, em geral, na sua interação com outros núcleos urbanos.

Esses conceitos expressam, de um lado, a definição de características socioeconômicas, ambientais e históricas, entre outras, na definição de determinados territórios ou espaços homogêneos; e de outro lado, o papel da cidade como centro de decisão e de sua constituição como uma aglomeração de população e de atividades que a torna um local com funções diferenciadas no território. Sob esses aspectos, CGEE/MP (2008) define uma primeira escala de territórios ou espaços homogêneos para uma estratégia nacional de desenvolvimento regional e de organização territorial, levando em conta aspectos socioeconômicos, ambientais (bioma) e históricos (escala 1) e duas outras escalas (macro e subregionais; escalas 2 e 3) pautadas no conceito de polarização. Dois estudos – *Série Características e Tendências da Rede Urbana do Brasil* e *REGIC* – também definem diferentes escalas baseadas na hierarquia da rede de cidades estabelecida (metrópoles, centros regionais e centros subregionais, no caso da *Série Características e Tendências da Rede Urbana do Brasil* e, no caso do *REGIC*,[3] metrópoles, capitais regionais, centros subregionais, centros de zona e centros locais).

2. Mesmo a proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) (MI, 2006) padece por não utilizar a rede de cidades como referência, considerando-se o *Regiões de Influência das Cidades* (*REGIC* de 1993) de forma bastante superficial e dando-se maior ênfase à rede de transportes ou logística. No caso do Ministério das Cidades (MCid), a rede de cidades tem um papel relevante, mas padece, ao contrário, de um tratamento territorial e regional mais adequado.

3. A maior quantidade de níveis urbanos (cinco), no caso do *REGIC*, é proveniente do próprio critério inicial de unidade da análise municipal utilizado.

Outros dois conceitos complementares definem o porte do núcleo urbano e seus limites de influência: *limite crítico* ("círculo menor" do núcleo), que define o seu tamanho e a sua posição numa hierarquia de diversos polos, refletindo as economias de escala na prestação de bens e serviços e as economias urbanas de aglomeração, e *limite máximo* ("círculo maior"), que define o alcance do entorno do núcleo urbano, definindo uma área de mercado ou região de influência ("externalidades") de determinado polo. Quanto maior o tamanho do polo, maior sua função e sua região de influência, limitada por um fator de "fricção" associado com sua distância em relação aos demais polos urbanos. A contiguidade e o custo de transporte são aspectos relevantes nessa interação entre polos.

Os conceitos de fluxo e de estoque, nesse sentido, ocupam um papel conceitual importante na definição e caracterização da rede urbana na medida em que uma hierarquia de cidades é definida em termos de estoque (de população, bens e serviços etc.) e da interação ou interdependência com outros núcleos, relacionados com os fluxos (de pessoas, comerciais etc.) existentes entre os diversos centros urbanos. A influência de forças centrípetas (de aglomeração ou concentração) e centrífugas (de dispersão), das economias de escala e a existência das externalidades são conceitos provenientes da nova geografia econômica (KRUGMAN, 1991), mas considerados bastante próximos ou relacionados aos anteriormente mencionados.

A abordagem teórico-conceitual dos três estudos está intimamente relacionada à teoria dos lugares centrais (CHRISTALLER, 1933, geógrafo) e ao modelo de rede urbana (LOSCH, 1954, economista), em que a noção de região é diretamente associada à ideia de rede urbana. O princípio da centralidade como o espaço organizado em torno de um núcleo urbano principal denominado lugar central e a região complementar, ou entorno, que possui uma relação de codependência com o núcleo principal, por ser este o *locus* ofertante de bens e serviços, por natureza, urbanos.

Da análise regional para a análise locacional ocorre a passagem de uma busca de compreensão do padrão característico da estrutura urbana e regional do país, entre determinadas regiões e polos, para as *escolhas* de locais passíveis de serem realizadas por agentes econômicos, sejam eles privados ou públicos. Nesse contexto, os três estudos revelam diferenças conceituais e de objetivos, na medida em que apenas o estudo da CGEE/MP realiza essa passagem entre as análises regional e locacional de maneira mais clara e explícita. Os outros dois estudos apenas "sinalizam" para uma possível escolha de novos polos ou núcleos urbanos que venham a influenciar a reconfiguração da rede urbana existente.

De qualquer forma, todos os estudos caracterizam a rede urbana brasileira em termos puramente estáticos. O estudo da CGEE/MP considera, entretanto, a escolha locacional para efeito de uma nova organização territorial futura a partir da escolha de novos núcleos estratégicos, macro e subregionais. Em última instância, não seria a caracterização, em si, da rede urbana ou das regiões de planejamento propostos que permitiria essa mudança, mas sim a capacidade dos agentes públicos e privados de mapear e sugerir novos investimentos e projetos.

Ou seja, o que estaria implícito numa proposta de "regionalização" do país, considerada a partir de uma rede de cidades, é a possibilidade de servir de orientação a agentes privados e públicos na escolha de locais para ações que possam levar a uma reorganização territorial em bases mais integradas e coesas, com menores desigualdades socioeconômicas.

3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS

Os três estudos tomados como referência deste artigo partem de unidades de análises diferenciadas. Enquanto o estudo sobre a rede urbana é pautado na dimensão mesorregional, o

estudo acerca da dimensão territorial para o planejamento utiliza-se das microrregiões como base e, finalmente, o *REGIC* usa o município como referência metodológica e analítica.[4] Essa diferenciação não é um problema *a priori*, dado que cada unidade pode ser dotada com informações específicas para a aplicação metodológica e para a análise. Dependendo da disponibilidade de dados, das especificidades territoriais e do grau de precisão analítico necessário as unidades básicas devem ser adotadas complementarmente, para efeito de maior detalhamento da caracterização de análise e, mesmo, de ação.

Tanto que, para o primeiro nível ou primeira escala macrorregional de caracterização dos três estudos, os resultados encontrados são semelhantes. Os 13 polos do estudo sobre a rede urbana,[5] os 12 macropolos do estudo a respeito da dimensão territorial para o planejamento e as 12 metrópoles do *REGIC* são as mesmas, independentemente da unidade tomada como base inicial.[6] As diferenciações de resultados surgem com as definições da segunda escala (subregional) dos núcleos urbanos. Nesse caso, hipóteses, pressupostos, métodos ou modelos utilizados e cortes específicos definidos em cada estudo proporcionam resultados diferenciados, mas não contraditórios. O primeiro estudo define 98 centros subregionais, dado o corte mesorregional efetuado; enquanto o segundo estudo estabelece 118 subpolos, dado o uso microrregional de base; e o terceiro estudo alcança 239 centros; uma amostra maior e mais detalhada de núcleos subregionais (e locais) em face da própria unidade de referência municipal.[7]

O nível ou escala subregional tem papel relevante e especial para o planejamento e a ação política. Pequenos núcleos, em geral, estarão inseridos em uma área de influência dos centros subregionais, que exercem funções mais relevantes, do ponto de vista regional. No caso da União, trata-se de uma escala adequada para uma intervenção entre o nível municipal e o macrorregional. Isso por vários motivos, entre eles o fato de que é operacionalmente difícil tratar sistematicamente 5.565 municípios, ao mesmo tempo em que na escala macrorregional as diferenças intrarregionais são importantes. Mesmo do ponto de vista estadual seria importante o uso de uma escala superior ao município, tendo em vista a possibilidade de se criar uma ponte com a ação federal. Do ponto de vista municipal, a vantagem de tratamento conjunto com outros municípios (o consórcio municipal é um exemplo disso) pode facilitar a presença de maior escala para análises e ações conjuntas.

Em síntese, os três estudos apresentam resultados nessa direção, da convergência entre a dinâmica da rede urbana e do território, que permitem um tratamento mais adequado da função e da influência de diversos polos subregionais. A pergunta é: o que fazer com as diferentes definições existentes? Trata-se somente de caracterizar a rede urbana ou de procurar alterar sua configuração na busca de uma organização territorial mais equilibrada, minimizando as diferenças regionais socioeconômicas?

---

4. Município, micro e mesorregiões são as unidades referenciais de qualquer estudo tendo em vista sua definição oficial do IBGE, para efeito de qualquer parâmetro a ser utilizado em análises regionais.

5. O 13º polo da rede urbana (Campinas/SP) que pode ser considerada a única exceção entre os três estudos representa, na realidade, um limiar metodológico, assim como pode ser considerada a inclusão de Cuiabá, Campo Grande, São Luis e Uberlândia como "novos macropolos" pelo estudo da dimensão territorial para o planejamento.

6. São eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Goiânia, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus.

7. Nos casos da rede urbana e do *REGIC* são contabilizados, em conjunto, os centros regionais e subregionais.

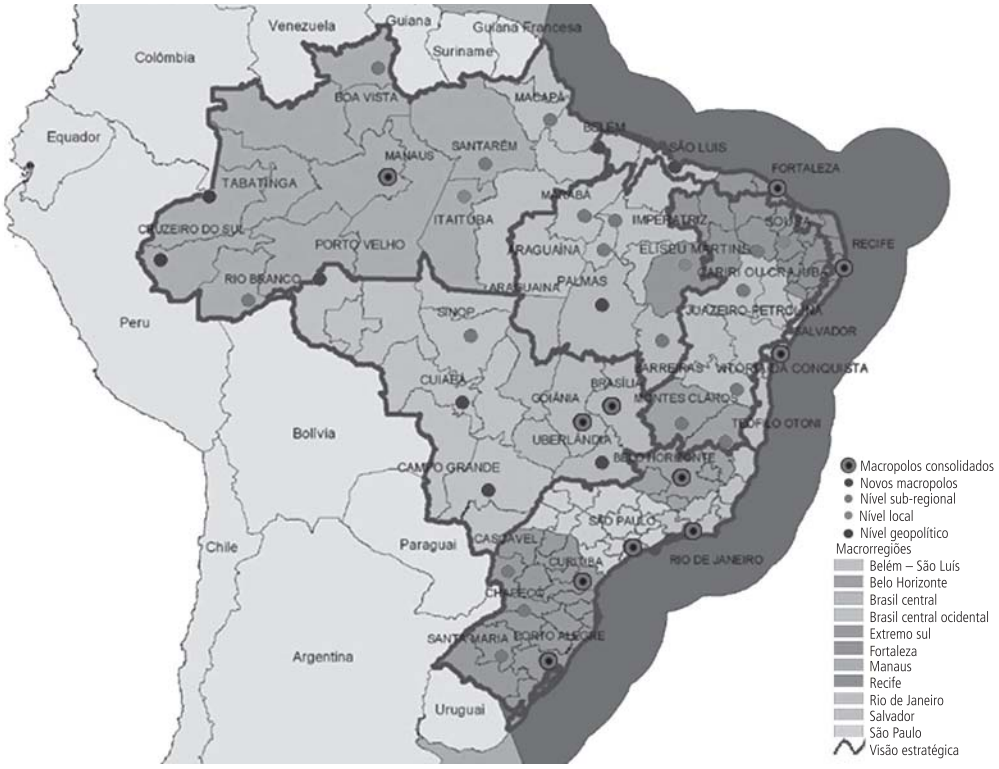
4 CARACTERIZAÇÃO OU RECONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA E TERRITORIAL?

O que se pretende com essas diferentes tipologias e ordens ou hierarquias de urbanidade definidas nos diferentes estudos? Trata-se não somente de diferentes aspectos de caracterização e tipos de análise que devem ser tomadas inicialmente para efeito da compreensão da diversidade territorial brasileira, avaliada em determinado tempo histórico. Ou seja, os estudos devem ser tratados apenas como uma "fotografia" do país, em determinado momento, para a observação (estática) da rede urbana nacional? – ou o diagnóstico procedente dos três estudos deve ser permanentemente atualizado e refinado para efeito de construção de bases mais precisas de compreensão da realidade nacional? Ele pode servir para algum tipo de análise em perspectiva futura da rede urbana e do território nacional?

Essa base de referência temporal, pautada em diferentes escalas – importa considerar – é proveniente da própria limitação em se estabelecer padrões nacionais de referência, quando, na realidade, existe uma diversidade ou uma heterogeneidade de padrões territoriais e regionais presentes na definição e na função de cada núcleo urbano e, consequentemente, para a ação que se pretenda realizar tomando o território como referência. As próprias redes de cidades em cada região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) apresentam características específicas e diferenciadas.

De fato, os três estudos trazem contribuições importantes para essa compreensão. E quanto ao aspecto futuro? Nesse sentido, o único estudo que se propõe a sugerir uma visão de futuro da rede urbana nacional e regional brasileira é o da dimensão territorial para o planejamento. A intencionalidade na escolha dos novos centros macro e subregionais estratégicos não procura somente redefinir o desenho das regiões no futuro (ver mapa).

Polos estratégicos macro e sub-regionais



Fonte: CGEE/MP (2008).
Obs: O mapa está reproduzido conforme o original fornecido pelos autores, cujas características não permitiram melhor ajuste para fim de impressão (nota do Editorial).

Na realidade, as regionalizações propostas no estudo são referenciais para o mapeamento e a localização dos investimentos atuais e previstos, especialmente no nível federal, que possam influenciar numa reconfiguração da rede urbana e do território no futuro. Nesse caso, os novos macropolos e subpolos escolhidos (no total de 22, sendo sete macropolos e 15 subpolos), não de maneira voluntarista e sim com critérios e métodos técnicos, apresentam características importantes para a reorganização futura territorial por meio da implantação de uma rede policêntrica de cidades mais equilibrada, o que permitiria uma menor concentração em polos já consolidados, na sua maioria no litoral atlântico. Com isso, os novos macropolos estão situados no Centro-Norte e Centro-Oeste do país;[8] e as subregiões de influência dos novos subpolos, no arco amazônico,[9] contendo a antropização da floresta interior; na região do bico do papagaio,[10] como área de transição entre o Centro-Oeste e a área de expansão agrícola sudoeste nordestina; no sertão norte[11] e sul,[12] neste em área de transição para o Sudeste e naquele em contraponto à primazia litorânea nordestina; e, finalmente, no interior sul do país,[13] constituindo polos com funções importantes em área próxima à fronteira com o Mercosul.

Em suma, a regionalização, por si só, não é suficiente para o alcance do objetivo de repensar a forma de organização territorial e da estrutura urbana, na perspectiva da redução das desigualdades regionais. Ela não apenas deve servir como orientadora da coordenação federativa, da intervenção pública e da ação privada, mas deve estar atrelada a uma forma de agir (escolha) dos agentes públicos e privados, bem como a um tratamento do conjunto de instrumentos passíveis de ser utilizados.

A necessidade de se atuar em diferentes escalas (internacional, continental, nacional, macrorregional, subregional e local), dependendo do objetivo em mente, torna complexa a definição de influências distintas dos núcleos urbanos a serem investigados em cada região. Os três estudos devem ser pensados em termos de uma visão *nacional* da rede urbana e do território. À medida que as escalas continental e internacional são introduzidas, deve haver uma reformatação da caracterização das redes de cidades, das suas áreas e territórios de influência e de suas funções nesses novos ambientes de análise, o que influenciará as referências em termos de políticas públicas a serem aplicadas.

Um exemplo claro disso surge com a leitura de rede de cidades da América do Sul e das cidades globais. O Programa IIRSA, por exemplo, longe de ser visto apenas como um eixo infraestrutural que une dois pontos extremos, pode ser impactado com uma nova leitura da função das redes de cidades e dos núcleos urbanos que estão *ao longo* ou *no meio* dessa ligação interpolos. De outra maneira, os eixos se tornam não apenas a ligação entre dois pontos, mas a integração de áreas territoriais contíguas.

Ao mesmo tempo, quando uma visão mais refinada dos estados e dos municípios é introduzida, também ocorrerá uma redefinição de núcleos urbanos, particularmente associados

8. Cuiabá, Campo Grande e Porto Velho, na macrorregião Centro-Ocidental, com vista a uma aproximação com a fronteira ocidental do país; Uberlândia, a meio caminho dos grandes polos Brasília-Goiânia e São Paulo, e Tocantins, no eixo Centro-Norte na macroCentral; Belém e São Luis, na macroBelém-São Luís, saindo do eixo oriental do litoral nordestino.

9. Boa Vista (RR), Macapá (AP), Santarém (PA), Rio Branco (AC), além de Tabatinga (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e Itaituba (PA), com este ligando a Sinop (MT) no eixo Cuiabá-Santarém (BR 163).

10. Marabá (PA), Araguaína (TO) e Imperatriz (MA).

11. Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CE) ou Crajubá; e Petrolina (PE)-Juazeiro (BA).

12. Montes Claros e Teófilo Otoni (MG) e Vitória da Conquista (BA).

13. Cascavel (PR), Chapecó (SC) e Santa Maria (RS).

com a escala subregional, e de suas funções na organização territorial e no desenvolvimento regional. O refinamento das escalas subregionais, com um tratamento feito pelos estados, é fundamental para uma convergência de análise e de ação. É cada vez mais necessária uma análise integrada nos vários níveis federativos para a proposição de ações territoriais voltadas ao desenvolvimento regional.

5 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS E LACUNAS DE ANÁLISE DOS ESTUDOS

Todos os estudos podem ser considerados como fontes inequívocas de conhecimento da realidade nacional, tendo como referência a rede de cidades e o território. Eles constituem instrumentos importantes, se não centrais, para a construção de propostas que levem em conta os objetivos de integração territorial e de coesão social do país. Em última instância o desenvolvimento regional mais equilibrado passa por uma análise conjunta desse tipo: rede urbana e território. Não são, portanto, as limitações metodológicas e as lacunas de análise existentes nos três estudos que devem ser enfatizadas, mas seus papéis como fontes referenciais e iniciais para uma análise integrada da rede urbana e do território para fins de desenvolvimento nacional e regional mais equilibrado.

A própria definição da cidade como referência de análise dos três estudos pode ser considerada uma fonte de limitação metodológica. Nesse âmbito, os serviços e a infraestrutura de transportes assumem papéis centrais e influenciam de maneira particular o substrato para a ação pública. Não por acaso, muito do resultado dos três estudos está pautado numa ação pública fortemente associada com a infraestrutura de transportes (rodovias, hidrovias etc.) ou na área de serviços urbanos: financeiros ou bancários, comerciais etc. Porém, outras dimensões atuam de forma complementar a essa centralidade urbana, como no caso da área rural e do meio ambiente.

De um lado, a caracterização da rede urbana feita nos dois principais estudos urbanos (o *Rede Urbana* e o *REGIC*) associa fluxos de serviços sem um tratamento adequado do território ou mesmo de uma proposição para uma reconfiguração da própria rede. Por outro lado, o estudo sobre a dimensão territorial para o planejamento, ao trazer o território como complemento à rede urbana, permite uma leitura mais objetiva do território atual, e também numa visão de futuro, mas padece de limitações ao colocar a infraestrutura de transporte como fator sintético (limitado) de custo econômico na interação entre as cidades.

Outras limitações podem ser apontadas: o uso de modelos estáticos e parciais; a interação de cidades como pontos (e o intraurbano?); a interação de cidades como massas de serviços (e a diversificação?); o custo de transporte com efeito dúbio na competitividade das firmas locais no mercado central e de acesso das firmas do centro no mercado local (desconsideração de estruturas produtivas complementares – facilita a integração – ou similares – facilita a concentração); os bens e serviços homogêneos; fatores e insumos homogêneos; a não consideração de características de oferta e de demanda; entre outras.

A estrutura produtiva regional e os diversos custos associados à atividade produtiva regional são passíveis de serem introduzidos para uma caracterização atual e futura mais detalhada da organização territorial do país. Ao mesmo tempo, não há nos três estudos um detalhamento sobre quais instrumentos são passíveis de utilização como fontes dos investimentos aplicados em determinada localidade ou região.

É importante notar, ainda, que todos os estudos têm em mente uma visão nacional ou, em certa medida, federal, de caracterização e de organização territorial. Para uma análise e uma compreensão mais articulada com a estrutura federativa existente no país, é necessário

adaptar essas visões federais com visões estaduais e municipais. Ou seja, tanto a definição de núcleos urbanos como o estabelecimento de "regiões de influência" devem ser calibrados com o olhar da rede de cidades intra e interestados. Nesse sentido, será possível construir referenciais territoriais para o planejamento que levem em conta não só uma visão para a ação federal, mas estadual e também municipal.

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A análise aqui apresentada tenta articular os três estudos considerados referenciais da questão urbano-regional – *Série Características e Tendências da Rede Urbana do Brasil*; *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*; e *REGIC* – permitindo demonstrar a necessidade de se realizar uma análise conjunta da rede urbana com uma leitura territorial para a compreensão mais adequada da realidade nacional e das especificidades regionais. A análise da dinâmica regional deve estar associada com a dinâmica da rede urbana nacional.

As limitações metodológicas dos estudos não devem ser consideradas críticas para proposições de políticas públicas associadas com o desenvolvimento nacional e regional, tendo em vista interesses de integração territorial e coesão social e econômica. Isso significa que devem ser ampliadas e refinadas suas concepções teóricas e metodológicas com a inserção de outras dimensões que possam ser fundamentais na (re)organização urbana e territorial do país, tais como aquelas associadas ao meio ambiente, ao mercado de trabalho, à pobreza, às questões intraurbanas, à estrutura fundiária e rural, à estrutura setorial-produtiva, entre outras dimensões; todas elas apenas superficialmente tratadas nos estudos citados.

Apesar da dificuldade e talvez da não praticidade de se chegar a uma versão única da leitura da rede urbana e da regionalização do país para efeito de uma ação pública, geralmente pautada em objetivos setorialmente definidos, é necessário um mínimo de convergência nas diversas metodologias propostas para se conseguir maior convergência nas políticas e nos instrumentos a serem utilizados, não permitindo sobreposições de ações ou pulverização de recursos públicos ou privados.

Os estudos partem de uma visão nacional ou federal, passível de ser apropriada com uma visão estadual e mesmo municipal, para uma efetiva articulação federativa no campo da rede urbana e do desenvolvimento regional, tomando como base a organização da rede de cidades e do território como fontes de orientação importantes. A possibilidade de coordenações entre as esferas municipal, estadual e federal pode ter na estrutura da rede urbana e na dinâmica territorial uma base inicial fundamental de operação.

Tanto do ponto de vista da organização e da integração do território nacional quanto do desenvolvimento regional, criando maior coesão social e econômica e menor concentração e desigualdade socioeconômica, ou mesmo na ampliação para um tratamento das articulações continentais e internacionais, o conjunto articulado e integrado da rede urbana e da regionalização, com base numa leitura inovadora do território, é essencial para políticas públicas que pretendam atingir o objetivo de maior desenvolvimento nacional, regionalmente equilibrado.

Em suma, os três estudos citados são fontes iniciais e não finais para uma análise e constituem uma base para a proposição de políticas no âmbito da questão urbana, territorial e regional do país no futuro. Dado o uso dos estudos como subsídios para as políticas públicas – haja vista, por exemplo, a inclusão do *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento* (CGEE/MP, 2008) como influenciando as orientações estratégicas de governo (MP/SPI, 2009) e o planejamento plurianual (PPA 2008-2011) –, sugere-se um trabalho

de integração das diversas leituras urbano-regionais, para a construção de um mapa referencial do país, compatível entre as diversas leituras setoriais, conciliando não somente a rede urbana e o território, mas outras dimensões fundamentais para a devida e efetiva ação pública e privada.

REFERÊNCIAS

CGEE/MP. *Estudo da dimensão territorial para o planejamento*. Brasília-DF, 2008. Vários volumes.

CRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Jena: Fischer, 1933.

KRUGMAN, P. *Geography and trade.* Cambridge: MIT Press, 1991.

LOSCH, A. *The economics of location.* New Haven: Yale University Press, 1954.

IBGE. *REGIC 2007*. Rio de Janeiro-RJ, 2009.

IPEA/IBGE/UNICAMP. *Série características e tendências da rede urbana do Brasil*. Brasília-DF, 2001.

MI. *Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT.* Brasília-DF, 2006 (versão preliminar).

MP/SPI. *Orientação Estratégica de Governo – OEG*: Plano Plurianual PPA 2008-2011. Brasília-DF, 2009.